

RENÚNCIA DO PRESIDENTE DO CONSELHO EXPÕE ESQUEMA IMORAL PARA PRIVATIZAR A COPASA

O suspeitíssimo projeto de privatização da Copasa sofreu forte abalo com o escândalo de corrupção envolvendo o presidente do Conselho de Administração da empresa, citado em investigações sobre pagamento de propina a autoridades e agentes públicos quando comandava a empresa privada de saneamento Aegea. O caso é grave e evidencia a negociata patrocinada pelo governador Romeu Zema para entregar a Copasa aos tubarões do mercado financeiro.

A renúncia do presidente do Conselho, Hamilton Amadeo, indicado pelo governador, expôs o manjadíssimo esquema das privatizações no Brasil. Chama atenção que essa renúncia ocorra em meio à repercussão de um acordo de delação premiada que indicam pagamento de propina relacionados à Aegea em contratos de concessão de água e esgoto no Brasil. O caso foi denunciado em reportagem da UOL, publicada nesta quinta-feira (12/2). Segundo a denúncia, Amadeo, que foi presidente da Aegea, era quem definia os pagamentos de propinas a políticos para obter concessões no saneamento.

É curioso notar que, apesar do trabalho imoral que executou na Aegea, Amadeo foi indicado à presidência do Conselho de Administração da Copasa pelo governador Romeu Zema, certamente com o objetivo de preparar o terreno para uma privatização que atendesse os interesses dos abutres do mercado financeiro que só visam o lucro.

Mais curioso ainda é que a Aegea, uma das maiores empresas privadas de saneamento do país, que vem expandido agressivamente sua atuação nos últimos anos, é uma das principais interessadas em abocanhar a Copasa, caso avance o projeto privatista do governo Zema.

A reportagem do UOL detalha acordos de delação homologados em 2025 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo os depoimentos, ao menos R\$ 63 milhões teriam sido pagos entre



2010 e 2018 para obtenção ou manutenção de concessões de água e esgoto em diferentes estados e municípios.

Os acordos de delação, homologados em 2025 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), revelam um *modus operandi* no qual pagamentos ilícitos (propina) eram direcionados a agentes públicos e políticos para garantir vantagens em licitações e contratos de saneamento. O objetivo seria vencer leilões de concessão ou obter aditivos contratuais favoráveis à empresa, muitas vezes em detrimento do interesse público e com impacto nas tarifas cobradas da população.

Segundo os relatos apresentados nos acordos, executivos da Aegea autorizaram repasses a políticos e agentes públicos em pelo menos seis estados e 20 municípios. O suposto esquema envolveria entregas de dinheiro em espécie, contratos de prestação de serviços com valores inflados, aquisição de imóveis e atuação de escritórios de advocacia como intermediários.

